

A violência do esclarecimento

Davi Mamblona Marques Romão¹

Universidade de São Paulo

Este artigo pretende investigar de que maneira a crítica realizada no livro *Dialética do Esclarecimento* nos permite identificar uma série de violências que o desenvolvimento da Razão Ocidental vem historicamente infligindo aos indivíduos. Para tanto, inicialmente examinaremos como o próprio nascer do pensamento esclarecedor é compreendido como ocasião de certa violência contra o sujeito, uma vez que este nascimento supõe uma restrição das possibilidades de ser deste. Em seguida, exporemos como a presença do pensamento esclarecido nos mecanismos de dominação social acaba por gerar uma organização da sociedade em que esta se identifica com a forma do Capital, forçando assim seus membros a assumirem certas funções sociais e, assim, também restringindo a capacidade destes de viver de forma autônoma. Finalmente, na última parte do trabalho, apresentaremos como estas formas de cerceamento da vida acabam por reverter-se em mais violência, dando origem a fenômenos sociais como o antisemitismo.

Palavras-Chave: Violência; Esclarecimento; Teoria Crítica; Paranoia; Antisemitismo.

This article intends to investigate in which way the criticism made in the book *Dialectic of Enlightenment* allows us to identify a series of violence that the development of the Western Reason has historically inflicted upon the individuals. To this end, we will initially examine how the birth of enlightening thought itself is understood as an occasion of certain violence against the subject, once this birth supposes a restriction on his possibilities of being. Then we will expose how the presence of enlightened thought in the mechanisms of social domination ultimately generates an organization of the society in which this organization identifies itself with the Capital's form, thus forcing its members to assume certain social functions and in this way also restricting their capacity to live in an autonomous way. Finally, in the last part of this text, we will present how these forms of restriction of life eventually revert themselves into more violence, originating social phenomena such as anti-Semitism.

Key-Words: Violence; Enlightenment; Critical Theory; Paranoia; Anti-Semitism.

O presente trabalho tem por objetivo investigar de que maneira a crítica realizada por Adorno e Horkheimer no livro *Dialética do Esclarecimento* nos permite identificar uma série de violências que o desenvolvimento da Razão Ocidental vem historicamente infligindo aos sujeitos.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Para tanto, inicialmente apresentaremos como o próprio nascer do pensamento esclarecedor é visto pelos autores como ocasião de certa violência do indivíduo para consigo, uma vez que este nascimento supõe uma restrição das possibilidades de ser deste. Em outras palavras, Adorno e Horkheimer defenderão que o Esclarecimento não poderia se sustentar sem que os sujeitos se aferrassem a certa identidade, aprisionando-se, portanto, a esta forma de ser. Em seguida, exporemos como a presença do pensamento esclarecido nos mecanismos de dominação social acaba por gerar uma organização da sociedade que se submete à forma do Capital, forçando assim seus membros a assumirem certas funções sociais e, com isto, restringindo ainda mais a capacidade destes de conduzirem suas vidas de forma livre. Finalmente, na última parte do trabalho, apresentaremos como estas formas de cerceamento da vida acabam por reverter-se em mais violência, dando origem a fenômenos sociais como o antissemitismo. Para deixar este último ponto mais claro, antes faremos uma pequena discussão da concepção freudiana de paranoia, a qual será fundamental para a leitura que a Adorno e Horkheimer fazem do fenômeno antissemita.

Cabe ressaltar que na concepção de Adorno e Horkheimer a construção de uma ordem social que permita a liberdade do homem é inseparável das restrições provocadas pelo pensamento esclarecido. Isto pois, como os autores defendem, a condição para uma vida emancipada reside no potencial construtivo e crítico do Esclarecimento (como veremos mais adiante, o sujeito esclarecido necessariamente passa por um processo de cerceamento de si). Ao longo do texto, porém, nos focaremos principalmente nas formas com que o Esclarecimento se revelou um processo irracional e regressivo, gerador de sofrimento e violências.

"O que é 'Esclarecimento'?"

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem (Kant, 1783/1985, p.100).

No texto de Kant, *Resposta à Pergunta: O que é "Esclarecimento"?*, encontramos a mais clara expressão de qual é o espírito que domina a história da razão ocidental a partir do século XVIII. Após as trevas da Idade Média, povoada por dogmas e preconceitos que impediam um uso autônomo da razão, os homens finalmente conseguiriam retomar o processo

em direção a sua própria liberdade, reavendo assim sua condição esclarecida. A liberdade do entendimento, no entanto, ainda não era uma realidade. Ela estava sendo reconquistada a duras penas, paulatinamente se desfazendo das amarras que por tanto tempo a mantiveram atrofiada.

É na esteira destas formulações kantianas que a concepção usual de Esclarecimento (ou Iluminismo) se aloja. Para Adorno e Horkheimer, no entanto, o conceito de Esclarecimento presente em *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1947/2006) possui uma extensão muito maior. Esses autores veem neste período histórico a que com frequência chamamos Esclarecimento nada mais que uma das fases de um processo muito mais amplo, que remonta à elaboração dos primeiros mitos. Trata-se do "processo de 'desencantamento do mundo', pelo qual as pessoas se libertam do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar seu desamparo em face dela" (Almeida, 2006, p.7-8).

Para Adorno e Horkheimer, o progresso técnico e científico de nosso tempo, a progressiva desmistificação de nossa compreensão da natureza, a progressiva busca pelo imediatamente dado não são características essenciais do processo de Esclarecimento. Ao contrário, eles seriam apenas algumas das decorrências avançadas desse processo. Na essência do Esclarecimento residiria um outro aspecto, mais geral, e que poderia unificar em um mesmo princípio de racionalidade tanto as formas "esclarecidas" do pensar como suas formas míticas: a necessidade de *dominação da natureza*.

A *angústia* frente à ameaçadora e incompreensível natureza teria gerado uma tendência compulsiva à dominação desta. O homem precisa dominar a natureza para cuidar de sua integridade. Desta forma, nascem as primeiras tentativas de conceitualização, de controle pelo conhecimento, que são os mitos.

O controle da natureza, no entanto, não se restringe ao controle do mundo externo pelo sujeito, mas inclui também o controle de seus próprios impulsos. Da mesma forma que o indivíduo deve buscar a unidade no mundo externo para poder compreendê-lo, ele deve buscar sua própria unidade para poder controlar-se. Assim, ao mesmo tempo em que se desenvolve o domínio sobre a "natureza exterior", desenvolve-se a submissão da "natureza interior" a um princípio unificador, algo de constante que nega a todo momento aquilo que

poria em risco este controle. Este princípio unificador é o Eu, o qual pode ser visto exatamente como uma constante *violência* do sujeito para consigo, um constante esforço de manutenção de uma identidade que se opõe à fluidez destes impulsos que caracterizam a "natureza interior".

Vemos assim que o motor do Esclarecimento não pode ser confundido com uma tendência a se racionalizar² os modos de conhecer; antes, o que se pretendia era uma racionalização dos *modos de vida*: em busca da *autoconservação*, tementes à natureza, os homens passaram a criar formas de dominar o mundo. Essa racionalização, no entanto, ao tentar controlar o próprio homem, acarreta sua automutilação.

Chegamos aqui a um ponto nodal do livro *Dialética do Esclarecimento*. Será por meio do recurso a certa genealogia das formas "esclarecidas" de controle que Adorno e Horkheimer poderão responder à questão que subjaz a toda esta obra. Frente às recentes manifestações de ignorância e crueldade que os autores puderam observar no processo de ascensão dos regimes fascistas eles se perguntam: *De que maneira o Esclarecimento se converteu em seu oposto?* Ou, nas palavras dos próprios autores: "por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie [?]" (p.11)³.

Medo, Dominação e Alienação

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.17).

Adorno e Horkheimer compreendem a origem do Esclarecimento no momento em que se dá a passagem do pensamento mágico ao pensamento mítico. No pensamento mágico, a *mimese*, a analogia, a semelhança, tem uma função fundamental na constituição do ser. Nele, está presente uma indiferenciação entre o eu e o outro que permite certa fluidez no

² Utilizamos aqui os termos "racionalizar" e "racionalização" significando "ato de tornar racional". Não confundir, portanto, com o mecanismo de defesa tal como entendido pela psicanálise.

³ "A aporia com que defrontamos em nosso trabalho revela-se assim como o primeiro objeto a investigar: a autodestruição do esclarecimento. Não alimentamos dúvida nenhuma (...) de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor. Contudo, acreditamos ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento (...) contém o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p. 13)

caráter de ambos. No pensamento mágico, o particular resiste à submissão ao conceitual, ele não se permite a categorização fixa da identidade, pois está aberto às mudanças provindas da indiferenciação entre homem e natureza.

Esta contradição inerente à forma do pensamento mágico, na qual "uma coisa poderia ser ao mesmo tempo ela mesma e outra coisa diferente dela, idêntica e não idêntica" (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.26), seria vivida pelo homem como uma ameaça à sua integridade junto à força incontrolável da natureza. Assim, nasceria no homem uma necessidade de se apoderar desta natureza ameaçadora, de dominá-la; e para dominá-la fez-se necessário conhecê-la.

A necessidade de autoconservação faz assim com que o contato com a natureza seja mediado pela necessidade de controle, pela ânsia de conhecer. O pensar se transforma em cálculo, tendo em vista a dominação desta natureza ameaçadora. Inicia-se assim o desenvolvimento daquilo que hoje entendemos por Esclarecimento: primeiramente na forma da mitologia⁴, e em seguida na forma da progressiva abstração presente nas ciências modernas. Nelas, o pensamento torna-se mais e mais uma ferramenta de controle. Deve-se ser capaz de identificar, classificar e prever. Segundo Crochík (2007):

A autoconservação, assim, seria mediada pela angústia, originada do medo, cujo objeto para nós é cada vez mais desconhecido: nada deve nos surpreender, e para isso é necessário saber como antever e controlar o perigo. Esse perigo não é somente externo, mas também interno: não temos consciência do que nos atemoriza. Assim, a reação ao mundo externo e nos tornarmos algo conhecido são formas de enfrentar perigos incertos. (p.185)

Assim, temos também que este controle sobre a realidade não se dá sem um correlato interno ao sujeito. Só a partir da construção de uma identidade própria que o sujeito poderá de fato fazer sínteses do mundo ao seu redor. Cabe então ao sujeito negar o que dele próprio comprometa esta identidade forjada: ele deve recalcar em si a mesma natureza da qual foge na realidade material. Gomide (2007), comentando o uso que Adorno e Horkheimer fazem do conceito de pulsão, faz a seguinte referência a esta natureza recalçada:

A nosso ver, para Adorno e Horkheimer a *pulsão* é entendida como uma categoria necessária para suas análises sobre a dialética natureza/cultura que abarca e ilumina as tensas relações entre "indivíduo e cultura". O termo "natureza" pode ser entendido, aqui, como relacionado à "não-identidade humana", essa última, supostamente definida como tudo aquilo que é (e que foi)

⁴ "O mito queria relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar." (Adorno & Horkheimer, 2006, p.20)

irredutível à razão ou à dominação social e, por isso, encontra-se sedimentada na psicologia humana como aquilo referente ao arcaico. (p.101)

Na nota *Interesse pelo Corpo*, Adorno e Horkheimer mostram como essa tendência ao controle, ao domínio da natureza tendo em vista a autoconservação, acaba por exacerbarse. Tudo que não se encaixa no esquema identitário do sujeito deve ser recalçado. O eu deve cada vez mais expurgar-se de tais influências, a razão deve purificar-se para calcular do modo mais eficiente as formas de se perpetuar. Neste sentido, dá-se uma cisão entre o trabalho físico e o trabalho intelectual. O trabalho da razão é o que responde às necessidades de autoconservação; é, portanto, o trabalho de valor. Já a exploração do corpo no trabalho, onde há inevitavelmente a experiência de tudo aquilo que se queria esquecer, é condenada como impura.

Na relação do indivíduo com o corpo, o seu e o de outrem, a irracionalidade e a injustiça da dominação reaparecem como crueldade, que está tão afastada de uma relação compreensiva e de uma reflexão feliz, quanto a dominação relativamente à liberdade. Nietzsche, em sua teoria da crueldade, e sobretudo Sade reconheceram a importância desse fator, e Freud interpretou psicologicamente em sua teoria do narcisismo e da pulsão de morte (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.191).

Vemos assim que na concepção destes autores o Eu é fruto de um doloroso e violento processo histórico de cerceamento do sujeito em formas de controle e autorregulação. Em detrimento de sua natureza⁵, os homens se atiram a uma busca desmedida de proteção e segurança, dando origem a um Eu "sublimado num sujeito transcendental ou lógico, o ponto de referência da razão" (p.36); trata-se de um Eu autoidêntico e autodeterminado. Ou seja, o Eu da modernidade é desencarnado, é pura razão, pura lógica preocupada única e exclusivamente com sua própria preservação.

Obviamente, este modo de se portar frente ao mundo terá profundas implicações na produção cultural e social. O princípio de autoconservação estará intimamente relacionado ao predomínio da *razão instrumental* no desenvolvimento do capitalismo ocidental, pois sua supremacia não permitirá que outra questão seja colocada que não a questão da técnica. Assim, vemos que o Esclarecimento não só pode ser compreendido como violento devido ao tipo de relação que o sujeito estabelece consigo mesmo, mas também ao tipo de relação que o sujeito se permite estabelecer com a natureza como um todo. Seja em relação à sua "natureza

⁵ "O eu (...) que não queria mais ser nem corpo, nem sangue, nem alma e nem mesmo um eu natural..." (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p.36)

interior", seja em relação à "natureza exterior"⁶, o sujeito só pode tê-las em conta a partir da perspectiva da autoconservação, o que cerceia sua possibilidade de contato, ou, como queremos defender neste trabalho, violenta seus modos de relação com o mundo. Tais modos de relação, como exploraremos na seção seguinte, se restringirão portanto a relações de dominação, e nada mais.

A Razão Totalitária

Pois o esclarecimento é totalitário como qualquer outro sistema. Sua inverdade não está naquilo que seus inimigos românticos sempre lhe censuraram: o método analítico, o retorno aos elementos, a decomposição pela reflexão, mas sim no fato de que para ele o processo está decidido de antemão. Quando, no procedimento matemático, o desconhecido se torna a incógnita de uma equação, ele se vê caracterizado por isso mesmo como algo de há muito conhecido, antes mesmo que se introduza qualquer valor. [...] Através da identificação antecipatória do mundo totalmente matematizado com a verdade, o esclarecimento acredita estar a salvo do retorno do mítico. Ele confunde o pensamento e a matemática. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.32-33)

Conforme vimos, o desenvolvimento da razão ocidental, o qual desemboca nos incríveis progressos técnicos com os quais convivemos hoje em dia, não pode, no entanto, ser compreendido sem que se leve em conta a noção de *poder*. O sujeito que tudo controla, que tudo antevê, é exatamente o modelo ideal do sujeito que, em circunstância alguma, tem a própria integridade ameaçada⁷. Tal anseio de poder, proveniente do medo da própria destruição, dá origem exatamente àquela noção de *identidade* que tomará posse de todas as relações humanas⁸. Para poder controlar, aquilo que controlamos deve ser reduzido sempre ao mesmo, e nós próprios também devemos sempre responder a certa identidade. Daí porque Adorno e Horkheimer poderão dizer:

O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seuem-si torna para-ele. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.21)

⁶ Colocamos "natureza interior" e "natureza exterior" entre aspas pois sabemos que esta oposição poderia ser diluída por um tratamento conceitual dialético. No entanto, insistimos em seu uso pois pensamos que ela permite uma melhor compreensão do que está em jogo na presente discussão.

⁷ "Enquanto soberanos da natureza, o deus criador e o espírito ordenador se igualam. A imagem e semelhança divinas do homem consistem na soberania sobre a existência, no olhar do senhor, no comando" (p.21).

⁸ "De antemão, o esclarecimento só reconhece como ser e acontecer o que se deixa captar pela unidade. Seu ideal é o sistema do qual se pode deduzir toda e cada coisa" (p.20).

Ou seja, o nascimento de tal "sujeito transcendental ou lógico, o ponto de referência da razão" (p.36) está intimamente ligado ao estabelecimento da relação de poder como o paradigma de toda relação. Os homens visam a natureza apenas com olhos para aquilo que lhes permite controlá-la. Toda relação que o sujeito lógico consegue estabelecer é a relação de domínio. E todo o resto deve ser extirpado como superstição: "A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital" (p.18). Ou, mais à frente: "Doravante, a matéria deve ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas ou imanentes, sem a ilusão de qualidades ocultas. O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento." (p.19).

Vemos assim porque Adorno e Horkheimer poderão compreender o Esclarecimento como uma versão radicalizada da mitologia. Da mesma forma que no pensamento mítico o homem reduz a natureza à repetição infinita de certas narrativas, também no esclarecimento a natureza é reduzida àquilo que sempre se repete. Tal redução, portanto, não pode ser vista como algo autoevidente, natural. Pelo contrário, Adorno e Horkheimer defendem que ela só é possível ao comprometermo-nos com um *pressuposto metafísico*, o de que a natureza não passa da eterna repetição de certos processos, e de que basta descobrirmos estes processos e teremos o controle absoluto sobre a realidade: "O mundo como um gigantesco juízo analítico, o único sonho que restou de todos os sonhos da ciência, é da mesma espécie que o mito cósmico que associava a mudança da primavera e do outono ao rapto da Perséfone" (p.34). Assim, a própria noção de história deve ser abandonada. O Esclarecimento visa o Conhecimento Absoluto. Esquece-se, porém, que pelos seus próprios critérios tal conhecimento é impossível. Ao fazer a crítica à metafísica o Esclarecimento ataca diretamente qualquer pretensão de transcendência. Mas a destruição de toda transcendência carrega consigo também a destruição da Razão enquanto ponto de vista transcendente à história. Na busca cega pelo Absoluto, o Esclarecimento perde de vista a historicidade de seus próprios conceitos. Ele converte-se em seu próprio Absoluto, e assim torna-se incapaz de pensar-se como fenômeno histórico.

Por outro lado, como já dissemos, o correlato psicológico de tal redução da natureza nada mais é que o interminável processo de autocerceamento por parte do sujeito. Na tentativa de dominar a natureza racionalizada, o sujeito deve identificar-se a ela: da mesma forma que

ela é sempre o mesmo, ele também deve reduzir-se àquele ponto autoidêntico capaz de tudo julgar pelo mesmo parâmetro, qual seja, "o quadro teleológico da autoconservação" (p.36). Tudo que escapa a este quadro deve ser expurgado. A vida capaz de transcender-se, a capacidade de ver a si mesmo não como uma estrutura petrificada, mas como um processo em devir, enfim, tudo que pode vir a mudar tal parâmetro de autoconservação desperta pavor no sujeito moderno. O antigo medo frente à natureza arrebatadora converte-se em medo da perda de controle, medo da desrazão, e conseqüentemente, em violência contra a não-identidade:

A humanidade teve que se submeter a terríveis provações até que se formasse o eu, o caráter idêntico, determinado e viril do homem, e toda infância ainda é de certa forma a repetição disso. O esforço para manter a coesão do ego marca-o em todas as suas fases, e a tentação de perdê-lo jamais deixou de acompanhar a determinação cega de conservá-lo. A embriaguez narcótica, que expia com um sono parecido à morte a euforia na qual o eu está suspenso, é uma das mais antigas cerimônias sociais mediadoras entre a autoconservação e a autodestruição, uma tentativa do eu de sobreviver a si mesmo. O medo de perder o eu e o de suprimir com o eu o limite entre si mesmo e a outra vida, o temor da morte e da destruição, está irmanado a uma promessa de felicidade, que ameaçava a cada instante a civilização. O caminho da civilização era o da obediência e do trabalho, sobre o qual a satisfação não brilha senão como mera aparência, como beleza destituída de poder. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.39)

O Totalitarismo do Capital

A crítica de Adorno e Horkheimer à Razão ocidental não se restringe a uma mera crítica das atividades cognitivas presentes em nossa produção técnica de conhecimento. Pelo contrário, como já discutimos, ela toma estas atividades cognitivas apenas como mais uma das figuras de um processo mais amplo, que seria melhor compreendido como uma racionalização totalitária dos modos de vida. Desta forma, diversos aspectos das sociedades ocidentais acabam por sofrer a influência desta lógica dominadora, e, dentre eles, a própria sociedade. A organização social humana, historicamente marcada pela dominação entre os homens e pela divisão entre classes dominantes e classes dominadas, também será afetada por esta forma de pensar que acaba por restringir no sujeito tudo que não se submete ao "quadro teleológico da autoconservação".

A dominação social serve aos propósitos do dominador: nela, o dominador busca encontrar as condições de sua própria felicidade. Por meio da dominação, o sujeito poderá enfim fruir de sua existência, uma vez que a seu serviço os dominados responderão pelas atividades necessárias à sua autoconservação.

A divisão entre dominantes e dominados deu origem assim a uma primeira divisão do trabalho, a divisão entre aqueles que pensam e aqueles que executam: os que coordenam, e portanto dominam o processo de produção, e os que são apenas mais uma peça na engrenagem cega da natureza. Este processo de dominação fica claro quando Adorno e Horkheimer discutem sua leitura da Odisseia de Homero, especialmente o trecho em que Ulisses deve superar o desafio do canto das sereias.

As sereias, no caso, representam para Ulisses e sua tripulação um perigo iminente. Com seu canto sedutor elas atraem irremediavelmente os marinheiros em direção à sua ilha. No percurso, entretanto, a embarcação choca-se com recifes e naufraga, e então a tripulação é devorada pelas sereias. Ulisses, porém, foi avisado da armadilha, e para dela escapar, tapa com cera os ouvidos de sua tripulação. Dessa forma, eles não ouvirão o canto, e poderão seguir remando em frente sem interrupções. Mas o próprio Ulisses não quer abrir mão de fruir do prazer irresistível do canto das sereias. Para tal, então, ele cria um estratagema: pede a seus homens que o amarrem com toda força ao mastro da embarcação. Agora, ele poderá saborear a tentação irresistível. Sem poder se mover, porém, ele será incapaz de colocar em risco sua própria vida.

Este canto da Odisseia servirá perfeitamente de metáfora para a forma como Adorno e Horkheimer veem as relações de produção submetidas unicamente à lógica simples de autoreprodução. Por um lado, temos os trabalhadores, aos quais nada resta que não o próprio trabalho. Deles, como dos remadores de Ulisses, toda forma de fruição da vida deve ser afastada, para evitar assim que se desviem de seu destino irrevogável: "Alertas e concentrados, os trabalhadores têm de olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado. A tendência que impele à distração, eles têm que se encarniçar em sublimá-la num esforço suplementar. É assim que se tornam práticos" (p.39).

Já ao patrão, no polo oposto da relação de dominação, resta ainda uma alternativa, a qual, entretanto, não é de todo diferente:

A outra possibilidade é a escolhida pelo próprio Ulisses, o senhor de terras que faz os outros trabalharem para ele. Ele escuta, mas amarrado impotente ao mastro, e quanto maior se torna a sedução, tanto mais fortemente ele se deixa atar, exatamente como, muito depois, os burgueses, que recusavam a si mesmos a felicidade com tanto maior obstinação quanto mais acessível ela se tornava com o aumento de seu poderio. O que ele escuta não tem consequências para ele, a única coisa que consegue fazer é acenar com a cabeça para que o desatem; mas é tarde demais, os companheiros – que nada escutam – só sabem do perigo da canção, não de sua beleza – e o deixam

no mastro para salvar a ele e a si mesmos. Eles reproduzem a vida do opressor juntamente com a própria vida, e aquele não consegue mais escapar a seu papel social. Os laços com que irrevogavelmente se atou à práxis mantêm ao mesmo tempo as Sereias afastadas da práxis: sua sedução transforma-se, neutralizada num mero objeto da contemplação, em arte. Amarrado, Ulisses assiste a um concerto, a escutar imóvel como os futuros freqüentadores de concertos, e seu brado de libertação cheio de entusiasmo já ecoa como um aplauso. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.39)

Vemos que mesmo àquele a quem cabe a dominação no sistema produtivo não resta outra alternativa que a lógica da autoreprodução e chegamos assim ao elo que conecta a crítica da razão de Adorno e Horkheimer à teoria marxista do Capital. Analogamente à lógica identitária do sujeito da autoconservação, a lógica do equivalente do Capital responde única e exclusivamente à sua necessidade de se autovalorizar. O sistema econômico capitalista, indiferente a todas as qualidades, reduz tudo que existe a um denominador comum. Com isso, ele permite a troca de qualquer produto por qualquer produto, e assim garante que o único valor envolvido seja sua própria manutenção. Tudo que existe perante o Capital é reduzido a cifras, cifras que traduzem a única qualidade que resta neste processo: o próprio valor do Capital.

O crescente processo de racionalização do trabalho, a extremada divisão social deste, criam assim as condições necessárias para que o sujeito que não pode mais fruir de sua própria natureza, se ocupe racionalmente da reprodução do *statu quo*. Assim como o sujeito transcendental, o Capital vive para se perpetuar cegamente. Ele explora a razão até seus limites para garantir sua maior valorização. O próprio mundo do trabalho passa a exigir dos sujeitos que a ele se assimilam a fixidez identitária que nega sua natureza:

Pela mediação da sociedade total, que engloba todas as relações e emoções, os homens se reconvertem exatamente naquilo contra o que se voltara a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força. Os remadores que não podem se falar estão atrelados a um compasso, assim como o trabalhador moderno na fábrica, no cinema e no coletivo. São as condições concretas do trabalho na sociedade que forçam o conformismo e não as influências conscientes, as quais por acréscimo embruteceriam e afastariam da verdade os homens oprimidos. A impotência dos trabalhadores não é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial, na qual o fado antigo acabou por se transformar no esforço de a ele escapar. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.41-42)

Neste processo, a mediação cada vez mais capilar das relações humanas pelo mercado provoca enfim uma completa assimilação da sociedade à lógica do Capital. Nem mais os detentores do poder são necessários para que o processo siga em frente, a lógica reprodutiva transcende aos homens e captura até aqueles que estariam presumivelmente no topo das

relações de dominação. Da mesma forma que a Razão totalitária, o capitalismo não pode deixar ninguém de fora, todos estão submetidos à mesma lógica de produção e acumulação. A economia burguesa chega assim a tal ponto de autonomia que "para sua administração não só não precisa mais dos reis como também dos burgueses: agora ela só precisa de *todos*" (p.45-46, grifo nosso).

Desta forma, temos que o sujeito, que foge de sua própria sombra, acaba por se alienar no mundo desumano do trabalho. O trabalho garante não só a autoconservação, mas também o ascetismo. Nele, o sujeito se submete ao ritmo obsessivo de reprodução do existente, o que lhe mantém longe da ameaça terrorífica de sua própria alteridade: o trabalho exige que ele seja sempre um e o mesmo. Além disso, a forma abstrata das relações do trabalho torna-se o modelo de relação para este sujeito. Ele tende cada vez mais à deslibidinização de sua relação com o mundo circundante em prol de relações puramente burocráticas – as relações deixam, em absoluto, de serem fins em si mesmas:

Na doutrina do sujeito transcendental, expressa-se fielmente a primazia das relações abstratamente racionais, desligadas dos indivíduos particulares e seus laços concretos, relações que têm seu modelo na troca. Se a estrutura dominante da sociedade reside na forma da troca, então a racionalidade desta constitui os homens; o que estes são para si mesmos, o que pretendem ser, é secundário. (Adorno, 1995, p.186)

Tal como os remadores de Ulisses, os indivíduos absolutamente assimilados à lógica da autoconservação não podem ver além do rumo previsto para sua embarcação, e portanto fogem amedrontados das tentações provenientes de sua própria natureza. E assim, mais uma vez a violência do sujeito contra si é intensificada.

A Paranoia na Teoria Freudiana

Os judeus são hoje o grupo que, tanto prática quanto teoricamente, atraem sobre si a vontade de destruição que uma falsa ordem social gerou dentro de si mesma. Eles são estigmatizados pelo mal absoluto como o mal absoluto. Assim, eles são de fato o povo eleito (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.139).

Adorno e Horkheimer, após traçar o cenário exposto acima, irão retornar à sua questão inicial no último capítulo do livro: *Elementos do Anti-Semitismo: Limites do Esclarecimento*.

Nele, desenvolverão toda uma sofisticada leitura do fenômeno antissemita a partir de certas concepções psicanalíticas, de modo a aproximar os movimentos fascistas da forma paranoica de constituição subjetiva. Dessa forma, os autores lançam uma nova luz sobre as razões pelas quais a humanidade teria recaído no estado de barbárie.

Discutiremos, em seguida, o que julgamos serem os principais argumentos desta leitura frankfurtiana do fenômeno do antissemitismo. Antes, no entanto, apresentaremos sumariamente a concepção freudiana da paranoia, de modo a permitir em seguida uma melhor discussão das teses de Adorno e Horkheimer.

A paranoia, segundo o *Vocabulário de Psicanálise*, de J. Laplanche e J.-B. Pontalis, consiste em:

Psicose crônica caracterizada por um delírio mais ou menos bem sistematizado, pelo predomínio da interpretação e pela ausência de enfraquecimento intelectual, e que geralmente não evolui para a deterioração. Freud inclui na paranóia, não só o delírio de perseguição, como a erotomania, o delírio de ciúme e o delírio das grandezas (Laplanche & Pontalis, 2004, p.425).

Neste verbete, os autores não realizam uma descrição pormenorizada da forma como Freud entendia a dinâmica psíquica desta patologia. Ao contrário, fazem uma explanação extremamente sucinta, indicando que "a paranóia se define, nas suas diversas modalidades delirantes, pelo seu caráter de defesa contra a homossexualidade" e acrescentando apenas que, a este respeito, "a posição de Freud não é rígida" (Laplanche & Pontalis, 1970, p.426). Laplanche e Pontalis, no entanto, indicam três textos freudianos fundamentais para a compreensão deste tema: *Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia* (1911), *Um caso de Paranóia que Contraria a Teoria Psicanalítica da Doença* (1915) e *Alguns Mecanismos Neuróticos no Ciúme, na Paranóia e no Homossexualismo* (1922).

Não cabe nos limites deste trabalho uma apresentação pormenorizada dos casos apresentados por Freud, nem das discussões que ele deles deriva. Restringir-nos-emos, portanto, a apresentar de forma esquemática a dinâmica geral que, segundo Freud, é possível encontrar nos casos de paranoia.

Logo no primeiro parágrafo do capítulo teórico de seu "caso Schreber", Freud ressalta que "tenderíamos a dizer que caracteristicamente paranoico na doença foi o fato de o paranoico, para repelir uma fantasia de desejo homossexual, ter reagido precisamente com

delírios de perseguição desta espécie" (1911/1969, p.81). Na interpretação de Freud, o que estava latente nos delírios de Schreber eram os seus desejos homossexuais, que devido a uma série de transformações e deslocamentos, haviam sido projetados para objetos exteriores na forma de ódio contra o próprio sujeito. Frente à pressão desencadeada por conflitos psíquicos (relacionados ao *complexo de castração*), os desejos homossexuais teriam de ser negados, ocasionando a transformação de um "Eu o amo" para um "Eu não amo – eu o odeio" (Freud, 1911/1969, p.86).

Essa contradição, que deve ter sido enunciada assim no inconsciente, não pode, contudo, tornar-se consciente para um paranóico sob essa forma. O mecanismo de formação de sintomas na paranóia exige que as percepções internas – sentimentos – sejam substituídas por percepções externas. Conseqüentemente, a proposição 'eu o odeio' transforma-se, por projeção, em outra: 'Ele me odeia (persegue), o que me desculpará por odiá-lo'. E, assim, o sentimento inconsciente compulsivo surge como se fosse a conseqüência de uma percepção externa (Freud, 1911/1969, p.86).

Ou seja, na dinâmica psíquica, os desejos homossexuais que não podem ser aceitos pelo sujeito, ao serem negados, transformam-se primeiramente em seu contrário: eu o amo → eu não o amo → eu o odeio. E, em seguida, o mecanismo da projeção encontra uma racionalização para o ódio sentido por meio da externalização deste: eu o odeio → ele me odeia → ele me persegue → eu o odeio porque ele me persegue.

Vemos assim que os dois elementos fundamentais na formação dos delírios paranoicos são o recalçamento de desejos homossexuais e a tendência à projeção no exterior de aspectos internos do sujeito.

Neste momento (1911), Freud aponta na direção de que talvez os delírios paranoicos estejam sempre relacionados a desejos homossexuais recalçados; contudo, segundo ele, ainda estaria cedo para estabelecer esta correlação como segura. Em textos posteriores, no entanto, como *Um caso de Paranóia que Contraria a Teoria Psicanalítica da Doença* (1915), Freud dirá que tanto suas "observações e análises" como as de "seus amigos" haviam até então confirmado esta relação.

Já o conceito de projeção merece neste nosso trabalho uma atenção especial, pois ele estará no centro da discussão de Adorno e Horkheimer sobre o antissemitismo. Segundo Laplanche e Pontalis, a projeção é:

No sentido propriamente psicanalítico, operação pela qual o indivíduo expulsa de si e localiza no outro, pessoa ou coisa, qualidades, sentimentos, desejos, e mesmo "objetos", que ele desdenha ou recusa em si. Trata-se aqui de uma defesa de origem muito arcaica e que vamos encontrar em ação particularmente na paranóia, mas também em modos de pensar "normais", como a superstição (Laplanche & Pontalis, 2004, p.478).

A finalidade principal da projeção seria a transformação de um perigo interno em um perigo externo, de modo que dele se possa fugir (Kusnetzoff, 1982). Para isso, o sujeito atribui a objetos externos propriedades e características que ele tenta negar (inconscientemente) em si mesmo. Através da projeção, estes aspectos indesejados e desconhecidos são lançados para fora do ego, permitindo que este tenha um alívio da tensão que o conflito suscitava. Vemos assim que a projeção está relacionada a certa fluidez da separação entre ego e não-ego. A vivência dos objetos será matizada pelo que o próprio sujeito imprime à realidade percebida; ele verá, ao observar, não apenas o que os objetos lhe apresentam, mas também o que *deseja* que os objetos lhe apresentem. Sendo assim, a contrapartida deste processo é o fato de que a percepção do outro passa a ficar em larga medida dependente do sistema paranoide, obliterando o contato com o objeto.

Segundo Kusnetzoff (1982), Freud não chegou a construir uma teoria geral da projeção, embora reconhecesse que esta fazia parte das formas normais de atuação do sujeito. No texto *Totem e Tabu*(1913), ao tentar articulá-lo com estudos sobre magia e animismo, Freud teria sugerido que a projeção está na base do psiquismo e, como tal, "teria relação com a gênese do aparelho psíquico, mas que depois o mecanismo projetivo não mais se apresentaria" (Kusnetzoff, 1982, p.212). No entanto, para os propósitos deste trabalho, nos limitaremos à definição de projeção como *mecanismo de defesa*, ou seja, como ela é posta por Laplanche e Pontalis.

Antissemitismo, Paranoia e Falsa Projeção

Retornemos agora à discussão de Adorno e Horkheimer. No último capítulo da *Dialética do Esclarecimento*, os autores, partindo das concepções psicanalíticas de paranoia e de projeção⁹, farão uma análise do antissemitismo de modo a mostrar como este é,

⁹ Cabe ressaltar que não se tratará de reduzir fenômenos sociais a categorias clínicas, mas sim de reformular categorias provenientes da clínica tendo em vista a leitura de fenômenos sociais.

na realidade, a mais radical e necessária conseqüência do processo de dominação próprio ao Esclarecimento. Para compreender tal análise, é necessário antes ter em vista uma discriminação capital que os autores realizam neste ensaio: a discriminação entre *mímese genuína e falsa projeção*.

Horkheimer e Adorno (1947/1985) dizem que toda percepção é projeção, e que o conhecimento ocorre na relação entre sujeito e objeto. O homem projeta no objeto o que esse objeto seria; e, pela experiência, distingue o que é projetado e o que é objeto, que seria percebido, após o conhecimento, como algo distinto quer da projeção inicial, quer de seu isolamento. A falsa projeção (ou falsa consciência) resultaria na eliminação de um desses dois pólos. Quando há somente projeção, o objeto não é percebido; ele se torna unicamente o que o sujeito pretende que ele seja, e essa seria a base quer do idealismo, quer da paranóia. Quando se tenta controlar a projeção e negar o sujeito, deixando a ele o mero registro de dados, ocorre outro tipo de idealismo, de falsa consciência, que paradoxalmente nega o que o sujeito deposita no objeto (Crochík, 2007, p.178).

Neste trecho de Crochík podemos observar o que há de mais essencial na diferenciação feita por Adorno e Horkheimer entre *mímese genuína e falsa projeção*. Partindo da concepção kantiana de conhecimento, os autores ressaltam que toda percepção, em certo sentido, é projetiva. A projeção seria inerente à relação dos homens com o mundo, de maneira que, sempre que um sujeito observa, ele está projetando algo na realidade observada, pois ele a está construindo através de suas categorias de apreensão. Nunca o que nos é dado é a realidade última da coisa; entre o objeto a ser conhecido e o sujeito cognoscente "abre-se um abismo que o sujeito tem que vencer por sua própria conta" (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.155). Ao sujeito cabe criar o mundo a partir dos dados esparsos provenientes das coisas.

Esta projeção de que falamos, a que podemos chamar de projeção reflexiva ou mesmo de *mímese genuína* (Amaral, 1997), não é um processo que se esgota na imposição por parte do sujeito de conteúdos à realidade. Ao contrário, o que se passa em seguida é uma abertura do sujeito, por meio da experiência, para a confirmação ou refutação de sua compreensão da realidade. O sujeito deve estar aberto para recepção da alteridade inerente ao objeto que ele tenta dominar. Neste sentido, retomamos o conceito de *mímese* acima apresentado, onde a identidade do ser é a todo momento colocada em questão através de processos identificatórios. Apenas se o sujeito do conhecimento se permite alterar-se pela *experiência* é que ele poderá proceder à verdadeira reflexão; apenas dessa maneira, ele é capaz de assimilar a dinâmica própria do objeto.

Só a **mediação**, pela qual o dado sensorial vazio leva o pensamento a toda a produtividade de que é capaz e pela qual, por outro lado, o pensamento se abandona sem reservas à impressão que o sobrepuja, supera a mórbida solidão em que está presa a natureza inteira. Não é na certeza não afetada pelo pensamento, nem na unidade préconceptual da percepção e do objeto, mas em sua oposição refletida, que se mostra a possibilidade da reconciliação (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.156, grifo nosso).

Por outro lado, como advertiu Crochík, a *falsa projeção* se daria quando um destes dois polos fosse deixado de lado. Se se abandona a relação dialética com o objeto, temos pura projeção do sujeito sobre a realidade, recaindo em uma forma de idealismo. Neste caso, é negada toda alteridade possível ao objeto: o percebido é reduzido ao mesmo, ao idêntico, ao esperado e controlado. Não pode haver, portanto, qualquer oposição entre o projetado e o experienciado. Assim, teríamos um processo de projeção semelhante ao presente nos casos de paranoia expostos pela teoria psicanalítica. Tanto lá como aqui, o sujeito crê possuir uma verdade sobre o objeto, sem, contudo, submeter este objeto a uma verdadeira experiência. Ele projeta sobre o mundo um sistema fechado, todo coerente em seu interior, mas que não é capaz de se pôr à prova diante da realidade.

Já se o aspecto subjetivo do conhecimento é deixado de lado, o que temos é um sujeito a quem cabe apenas a tarefa de coletar dados. A realidade assume um caráter inócuo, de pura coleção de elementos vazios. Não é permitido ao sujeito nenhum tipo de relação conceitual, passa-se assim a uma concepção de mundo em que não se pode transcender ao que é meramente aparente. Dá-se uma hipóstase do dado, em detrimento de compreensões mediatas da realidade. Neste sentido, o positivismo é uma forma de falsa projeção. Ao se limitar ao registro de dados de forma automática e impessoal, ele não se permite acrescentar nada de seu ao material que produz. Dessa forma, este material não consegue ir além de um agrupamento sem sentido de conteúdos. Sem o trabalho crítico, os dados provenientes da realidade não podem se converter em uma visão estruturada do mundo:

O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado. Compreender o dado enquanto tal, descobrir nos dados não apenas suas relações espaço-temporais abstratas, com as quais se possa então agarrá-las, mas ao contrário pensá-las como a superfície, como aspectos mediatizados do conceito, que só se realizam no desdobramento de seu sentido social, histórico, humano – toda a pretensão do conhecimento é abandonada. Ela não consiste no mero perceber, classificar e calcular, mas precisamente na negação determinante de cada dado imediato. Ora, ao invés disso, o formalismo matemático, cujo instrumento é o número, a figura mais abstrata do

imediatamente, mantém o pensamento firmemente preso à mera imediatidade. O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se à sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.34)

Vemos assim que, como Adorno e Horkheimer salientam, a projeção em si não é patológica. Mas é patológica a projeção que não se submete à reflexão. E será a partir desta chave de leitura dos processos cognitivos que eles irão chegar à análise do antissemitismo.

Primeiramente, vejamos como Adorno e Horkheimer veem no antissemitismo uma forma social de paranoia: "Ele [o judeu] é, de fato, o bode expiatório, não somente para manobras e maquinações particulares, mas no sentido mais amplo em que a injustiça econômica da classe inteira é descarregada nele" (p.144). Segundo os autores, a escolha dos judeus como objetos para tanto ódio e perseguição não se deve a um motivo racional que a justifique. Ao contrário, ao judeu coube, na modernidade, o papel de "bode expiatório" para a descarga de todas as frustrações que o processo civilizatório veio gerando ao longo da história.

Frente ao processo de dominação da natureza e do corpo acima explanado, o qual imputou a cada indivíduo uma rigorosa privação das mais diversas formas de gratificação e relação com a alteridade (comportamentos miméticos) em prol da fixidez identitária necessária ao controle obsessivo sobre o mundo, estes aspectos recalcados tiveram de buscar formas alternativas de expressão. Assim, da mesma forma que no paranoico os impulsos homossexuais¹⁰ são convertidos em ódio pelo objeto de amor, e, em seguida, são projetados de modo a justificar o ódio por este objeto, no antissemitismo todas as formas da natureza propriamente humana que foram apartadas do eu, retornam na forma de horror a estas mesmas formas que, em seguida, são projetadas sobre a etnia judaica.

As formas de vida miméticas, que remetem a tudo o que se relaciona ao corpo, à indistinção entre o eu e o não-eu, ao desejo, por não serem permitidas, apesar de desejadas, sofrem uma inversão. O sujeito as abomina, as odeia, quer negar a todo instante que elas lhe pertencem.

Os judeus, pelo papel que desenvolveram na história até então, servem assim como um ótimo receptáculo para onde projetar estas tendências. Da mesma forma que, segundo Freud

¹⁰ Impulsos homossexuais que poderiam ser compreendidos como impulsos voltados para uma imagem idêntica ao próprio eu; ou seja, impulsos que retornam sobre o ego na forma de narcisismo secundário.

(1915), a escolha do objeto do paranoico não é absolutamente arbitrária, mas ele procede a uma forma de interpretação do inconsciente do outro no intuito de captar ínfimos sinais que justifiquem suas suspeitas, as "cifras miméticas" dos judeus servem de constante lembrete para os indivíduos reificados do desejo latente que precisa ser massacrado. Ou seja, os judeus se tornam ícones do desejo recalcado que retorna transfigurado em ódio:

O que se considera judeu, aliás, são sempre cifras miméticas: o gesto da mão que argumenta; a entonação cantante com que descreve, independentemente do sentido do juízo proferido, uma imagem animada das coisas e dos sentimentos; o nariz, principium individuationis fisionômico é, por assim dizer, um caractere que inscreve no próprio rosto do indivíduo seu caráter particular (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.151).

O antissemitismo, portanto, ocupa no processo civilizatório uma função fundamental. Como uma forma de administração da economia pulsional dos indivíduos, ele se apresenta como o escoadouro por onde todo o ódio proveniente da violência do processo de dominação pode ser canalizado, sem, no entanto, colocar em risco esse próprio processo: "Os judeus [...] atraem sobre si a vontade de destruição que uma falsa ordem social gerou dentro de si mesma" (p.139). Desta forma, como os autores comentam, os *pogrons* se converteram em verdadeiros assassinatos rituais de purificação da sociedade contemporânea, e a ordem totalitária da sociedade faz uso da rebelião contra ela própria para reforçar a dominação.

Daí porque Adorno e Horkheimer poderão ver no antissemitismo não uma expressão isolada de irracionalismo, mas sim uma forma de paranoia socialmente administrada. O indivíduo administrado, portanto, terá na falsa projeção a sua forma padrão de relação com o mundo circundante. Ele deseja encontrar no mundo a sua própria imagem recalcada, e, assim, não é capaz de ver nada além do sistema fechado imposto pelo seu delírio.

O patológico no anti-semitismo não é o comportamento projetivo enquanto tal, mas a ausência da reflexão que o caracteriza. Não conseguindo mais devolver ao objeto o que dele recebeu, o sujeito não se torna mais rico, porém, mais pobre. Ele perde a reflexão nas duas direções: como não reflete mais o objeto, ele não reflete mais sobre si e perde assim a capacidade de diferenciar (p.156).

O pensamento, que não consegue mais refletir a si mesmo, torna-se assim uma forma vazia de relação com os objetos, o que acaba por se fazer presente também nos "processos cognitivos não-patológicos". Uma vez que a atenção do sujeito está totalmente voltada para o mundo exterior, perde-se de vista a contribuição subjetiva no ato de perceber, e as formas estruturantes deste perceber acabam sendo tomadas no lugar das coisas percebidas. Assim, o "pensamento objetivador", da mesma forma que o "pensamento patológico", acaba alienado

em relação à sua própria estrutura. Esta estrutura se enrijece e, ao não ser notada como subjetiva, é tomada como elemento constituinte do objeto, de modo que não há mais espaço para uma verdadeira experiência: "O realismo incondicional da humanidade, que culmina no fascismo, é um caso especial do delírio paranóico, que despoeva a natureza e, ao fim e ao cabo, os próprios povos" (p.159).

Tal paranoia, no entanto, não se encerra em si mesma. Pelo contrário, ela é geradora de ainda mais violência, como ilustra o fenômeno do Nazismo. Dessa forma, o mundo esclarecido que tinha por objetivo livrar o homem da angústia sentida frente à ameaça inquebrantável da natureza acaba por gerar a partir de seu próprio seio mais medo, mais terror e mais violência. Na tentativa de controle da natureza, esta revela sua força ao ressurgir exatamente nas fissuras do sujeito transcendental, do sujeito dominador. Tal como o recalcado, ela retorna transfigurada, irreconhecível, mas por este motivo também mais forte, mais violenta, irresistível.

Conclusão

Vimos assim como o desenvolvimento do que conhecemos por Esclarecimento não pode ser compreendido de forma suficiente sem que atentemos para as contradições que este processo trouxe consigo. Seja pela via da constituição do sujeito transcendental, seja pela via do ingresso no mundo do trabalho, seja ainda pela produção do que poderíamos chamar de rituais de purificação social, tais como os *pogroms*, a ânsia pelo controle que caracteriza o Esclarecimento acaba por produzir muitas e variadas formas violências do homem para consigo. Deixando assim profundas marcas em nossa subjetividade.

Neste sentido, pensamos que a análise realizada por Adorno e Horkheimer do processo de Esclarecimento e, mais especificamente, do fenômeno antissemita pode muito ainda contribuir para a compreensão da produção contemporânea de violências. Os autores, apesar de a todo momento se referirem a questões relativas ao antissemitismo e à cultura fascista (que poderiam ser vistos como temas desatualizados), também têm em vista uma crítica à sociedade democrática e, portanto, levantam questões que repercutem intensamente nos modos atuais de socialização e de controle totalitário das formas de vida. Desta forma, além

de seu grande valor enquanto análise de um período histórico marcadamente violento para a humanidade, a *Dialética do Esclarecimento* possui ainda a atualidade necessária para a compreensão da produção de violências que observamos em nossos dias.

Tal crítica ao Esclarecimento, no entanto, não tem por consequência qualquer tipo de apologia à desrazão. Como já dissemos em nossa introdução, os autores deixam claro desde o princípio de sua obra que é no próprio pensamento esclarecedor que reside a esperança de superação destas contradições:

Não alimentamos nenhuma dúvida — e nisto consiste nossa *petitio principii* — de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor. Contudo, acreditamos ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto as formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contém o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte. (Adorno & Horkheimer, 1947/2006, p.13)

Em lugar de um apelo à irracionalidade, o que os autores buscam com seu texto é exatamente fazer ainda um apelo ao Esclarecimento, para que este possa voltar-se sobre si mesmo e refletir sobre seus próprios mecanismos de autodestruição, podendo, assim, continuar buscando a conquista de sua tão almejada liberdade.

Referências

- Adorno, T. W. (1969/1995). Sobre sujeito e objeto. In _____, Palavras e sinais. Petrópolis: Vozes.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1947/2006) *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Almeida, G. (2006). Nota preliminar do tradutor. In Adorno, T.W. & Horkheimer, M., *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Amaral, M. (1997). *O Espectro de Narciso na Modernidade*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Crochík, J.L. (2007) Razão, Consciência e Ideologia: Algumas notas. *Estilos da Clínica*, Vol. XII, n.22, p.176-195.
- Freud, S. (1911/1969) *Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia*, Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud v.XII. Rio de Janeiro: Imago.

- _____. (1915/1969) Um caso de Paranóia que Contraria a Teoria Psicanalítica da Doença, Edição Standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud v.XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- Gomide, A.P. (2007). Um Estudo sobre os Conceitos Freudianos na Obra de T. W. Adorno. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Kusnetzoff, J. C. (1982). Introdução à Psicopatologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (2004) Vocabulário de Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.
- Kant, I. Resposta à Pergunta: O que é “Esclarecimento”? (1783/1985), In Kant, I. Textos Seletos, Rio de Janeiro: Vozes.